

"A INTERNACIONAL" - UM POEMA MELODIADO DA HISTÓRIA

Carlos Henrique MACIEL*

SUMÁRIO

1. Apresentação - 2. O Espírito Revolucionário: 2.1. Um Povo Rebelde; 2.2. Uma Teoria Rebelde - 3. As "Internacionais": 3.1. A "I Internacional"; 3.2. A "II Internacional"; 3.3. A "III Internacional"; 3.4. A "IV Internacional" - 4. A Comuna de Paris: 4.1. Os Antecedentes; 4.2. Os Presentes; 4.3. Os Conseqüentes - 5. Um Poema Melodiado: 5.1. O Poema; 5.2. A Melodia; 5.3. A Versão.

*O homem racional se adapta ao mundo; o irracional insiste em tentar adaptar o mundo a ele.
Assim, todo o progresso depende do homem irracional"*
(CHARLES DARWIN)

1. INTRODUÇÃO

O hino "A Internacional" é uma das composições mais brilhantes que o espírito humano concebeu. Resultou do perfeito matrimônio da eloquência de seus versos com a esfuziante sonoridade de sua melodia. Desde quando publicada, gravada e entoada por garbosos coros, requintadas orquestras e passeatas reivindicatórias ou em regozijo, a marcha se afinou a inúmeras mobilizações sociais, tornou-se o fundo musical que imprimia na alma dos inconformados a incitação apta ao despertar da coragem e da luta. Desafortunadamente, sua origem e conteúdo são pouco conhecidos entre nós, a despeito do sublime valor humanitário que a obra encerra.

Atento a isso, resolvi alinhar algumas palavras acerca da antológica canção, destacar os acontecimentos constituintes da ambiência em que fora confeccionada, em particular os rudimentos da Comuna de Paris de 1871 e das "Internacionais" que sucederam, biografando ligeiramente o letrista

e o pautador, para, ao final, esboçar, para os brasileiros, uma versão de minha modesta autoria.

2. O ESPÍRITO REVOLUCIONÁRIO

2.1. Um povo rebelde:

A Revolução Industrial, implementada a partir da Inglaterra de 1760, inaugurou um ciclo da História. A extensão e as conseqüências do movimento foram de tal monta que se alçaram, na feliz expressão de ALVIN TOFFLER, naquela 2ª Onda, que, em substituição à era agrícola, envolveu, abruptamente, a humanidade como um todo, introduzindo-lhe uma dimensão econômica, política, social e cultural sem precedentes. As velhas estruturas não resistiram ao forte tremor que a novidade, essencialmente fundada na modificação dos instrumentos de trabalho, desencadeou. Não tardou para que a inovação se espraiasse Continente adentro, conquistando, em especial, a Alemanha e a França. Esta última nação,

(*) Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo e Professor de Direito Constitucional da PUC-Campinas.

como nenhuma outra, sentirá, explícita e impiedosamente, a ascensão e manutenção da classe proprietária no Poder às custas de um intenso e prolongado banho de sangue, ao passo que sua massa trabalhadora será submetida a uma condição de insustentável miserabilidade, dando ensejo, com isso, a uma brasa que permanentemente acenderá os ânimos revoltosos e instilará violentas insurreições.

A historiografia francesa daquela época denota um sucedâneo de fatos marcados pela ira:

- 14/7/1789: explode a “Revolução Francesa”, com a derrocada da realeza medieval e a instalação da I República;

- 18/5/1804: o cônsul NAPOLEÃO BONAPARTE (1769-1821) é coroado NAPOLEÃO I, criando-se o I Império;

- 6/4/1814: dá-se a “Restauração dos Bourbons” e LUÍS XVIII (1755-1824) é entronado;

- 19/7/1830: eclode a “Revolução de Julho”, com a derrubada de CARLOS X (1757-1836) e subida de LUÍS FILIPE (1773-1850);

- 24/2/1848: irrompe a “Revolução de Fevereiro”, seguida da proclamação da II República e da abdicação de LUÍS FILIPE;

- 23/6/1848: dá-se a “Insurreição dos Operários Parisienses”, primeiro confronto armado entre burguesia e proletariado nos tempos modernos;

- 10/12/1848: eleição de CARLOS LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE (1808-1873) para o cargo de Presidente da República francesa;

- 2/12/1851: LUÍS BONAPARTE aplica um golpe de Estado, tomando para si a direção plenipotenciária do país;

- 2/12/1852: LUÍS BONAPARTE formalmente suprime a República e, sob o título de NAPOLEÃO III, implanta o II Império;

- 19/7/1870: início da Guerra Franco-Prussiana;

- 4/9/1870: a Assembléia Nacional revoga o II Império e depõe NAPOLEÃO III, instituindo a III República por meio do “Governo de Defesa Nacional”;

- 28/1/1871: assinatura de armistício pelos dirigentes franceses, mediante o qual se entregava Paris à dominação estrangeira;

- 17/2/1871: eleição de ADOLPHE THIERS (1797-1877) para o cargo de Chefe do Governo;

- 1º/3/1871: ocupação de Paris pelo exército prussiano, que perdurará por apenas três dias;

- 18/3/1871: surge a *Commune de Paris*.

2.2. Uma teoria rebelde:

Se, de um lado, a vertiginosa expansão da indústria capitalista propiciou o aparecimento de uma inédita espécie de burguesia, de outro, determinou, em correspondência obrigatória, o nascimento de extenso quinhão de despossuídos. Os primeiros clássicos enchiam as obras com variadas teses econômicas no intuito da análise objetiva dos fatores de produção, distribuição, circulação e consumo das riquezas. Faziam-no, entretanto, limitadamente dentro de uma ideologia liberal coincidente com os interesses dos donos dos meios de produção material, combatendo a ferros o modo mercantilista, o Estado absoluto e a invasão política no domínio econômico. Sob o emblema “*laissez faire et laissez passer, le monde va de lui-même*”, vieram ADAM SMITH (1723-1790), THOMAS MALTHUS (1776-1834), DAVID RICARDO (1772-1823), STUART MILL (1806-1873) e JEAN-BAPTISTE SAY (1768-1832). Falavam do trabalho, mas privilegiavam o capital, já que os empreendimentos individuais deveriam ser lançados ao livre sabor da Natureza.

Outros pensadores se sensibilizaram com a causa obreira, à qual faltavam uma teoria própria e uma organização interna. A plebe ficara à inteira mercê do patronato, quase sempre instalado com arbítrio Poder. Em trincheira oposta, forjaram-se, então, reações antiliberais. Suas propostas básicas eram a crítica do capital e o enaltecimento do trabalho. Engatinhava-se em direção do coletivismo. Alguns pesquisadores vinham urdindo juízos desfavoráveis ao industrialismo capitalista, denunciando a situação caótica em que estavam imersos operários e camponeses, e, enfim, apontando alternativas para a solução dos problemas mais terríveis com que o homem já se defrontara. De início, despontaram os adeptos do chamado *Socialismo Utópico*: ROBERT OWEN (1772-1858), CHARLES FOURIER (1772-1837), LOUIS BLANC (1812-1882), SAINT-SIMON

(1760-1825) e PROUDHON (1809-1865); depois, o *Socialismo Científico*, de KARL MARX (1818-1883) e FRIEDRICH ENGELS (1820-1895), depurando as primeiras correntes de seus ingredientes puramente idealistas e voluntaristas.

As inquietações dos trabalhadores logo se verteram em estopim para levantes esparsos ocorridos na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. Frequentemente, porém, eram todos abatidos pelas forças conservadoras, quando não serviam de mote a *pogrons* delirantes ou a investidas reacionárias no ludíbrio da política. Faltava-lhes uma ordem, sobrava-lhes uma inconsciência. Sindicatos, cooperativas, sociedades culturais e outras organizações trabalhistas já se estavam constituindo; todavia, ainda atuavam de maneira desarranjada e sem alianças concretas.

3. AS "INTERNACIONAIS"

3.1. A "I Internacional":

A então existente "Liga dos Justos" de Londres e Paris não passava de uma tentativa embrionária de uniformizar o movimento trabalhista. Foi dissolvida pelo Congresso ocorrido na primeira semana de julho de 1847, no momento em que os dirigentes abandonaram seus preceitos vagos e confiaram na proposta marxista. Sucedeu-se-lhe a "Liga dos Comunistas", com princípios ideológicos mais nítidos, provida de uma estrutura mais sólida e determinada a uma meta mais abrangente. O internacionalismo obreiro foi o núcleo da viragem: a máxima "*Proletários de todos os povos, uni-vos!*" passou a ser a epígrafe daquela que emergia como a primeira organização operária mundial de que se tem informação. As atividades da "Liga" suscitaram forte reação; suas comunidades amarguraram rígida perseguição em todos os países, culminando com a necessidade de rearticulação. Ainda tênue e sem haver alcançado os objetivos maiores, desaparece sua falange inglesa, em 17/11/1852.

A necessidade de germinar outra entidade de massas adveio da complexidade com que o capitalismo se desenvolvia. O crescente processo de industrialização não fora suficiente para a erradicação da miséria; ao contrário, a penúria do povo aumentava em escala logarítmica. Era

necessária uma organização que respondesse pela coordenação dos movimentos trabalhistas em todo o mundo. Portanto, em 28/9/1864, numa histórica reunião em Londres, decide-se pela criação da "Associação Internacional dos Trabalhadores", que se popularizou como a "I Internacional". Sentado à mesa diretora não menos que MARX... A preocupação maior era pela conscientização das nações de acordo com a orientação teórica da Ciência do Proletariado. A elevação do nível político do movimento trabalhista mundial, o amparo a organizações sindicais, o fomento de greves e a solidarização com os progressistas envolvidos em guerras civis, eram metas preestabelecidas.

A tarefa se fez mais árdua do que se previa nos primeiros instantes de empolgação: foram anos a fio de debates doutrinários, pleiteando-se a superação de dissensões intestinas motivadas principalmente por discursos reformistas, oportunistas e de ideólogos pequeno-burgueses; a cada dia, buscava-se atrair a simpatia das ligas existentes nos vários países, persuadindo-as ao engajamento na organização; o ponto máximo da "Internacional" é atingido quando, sob seus auspícios, em 09/8/1869, é fundado, na Alemanha, o "Partido Operário Social-Democrata", primeira agremiação marxista de massas estritamente política.

A dissolvência da "I Internacional" teve duas causas principais: a exacerbada perseguição contra si exercida pela burguesia e o próprio agigantamento dos reclamos sociais. A queda da Comuna parisiense, além de prostrar, episodicamente, as índoles revolucionárias, produzira o recrudescimento dos tentáculos capitalistas no seio do Estado, com o que os governos se proveram de maior energia para a interdição da propaganda a partir de uma confederação internacional de obreiros. No contraponto, grupos políticos nacionais se proliferaram num ritmo incontrolável: Partido Socialista Operário da Alemanha (1875), Partido Socialista Operário da América (1877), Partido Operário Francês (1879), Partido Social-Democrata da Áustria (1888), e tantos outros. A organização era cobrada e acionada em inúmeras frentes, o que reclamava a dilatação de seus quadros, a atualização de princípios, a mutação da tática e uma profunda

reestruturação. Além disso, MARX falecera, ao passo que toda a Europa atravessara conflitos armados (inclusive a Comuna), sedições continuadas, golpes de Estado, juramentos a textos constitucionais inéditos, bem como novas experiências republicanas e monárquicas. O mundo havia mudado...

Em 1874, a “Associação Internacional dos Trabalhadores”, decadente, já não se reunia; sua desintegração oficial se deu em 1876.

3.2. A “II Internacional”:

Como fruto dessas contingências, originou-se do célebre Congresso verificado em Paris, em 14/7/1889, a “II Internacional”, sob a batuta de ENGELS e com estratégias sensivelmente distintos. O compromisso, agora, era em apoio a uma legislação social de extensão planetária, como, por exemplo, a limitação da jornada diária de trabalho a oito horas. Rescindiu-se com a disposição de uma frente única e vinculativa das entidades operárias e optou-se pela formação de uma constelação de partidos sociais-democratas e sindicatos, dado o enorme peso que haviam conquistado, respeitando-se, no geral, a autonomia de cada um. Mais uma vez, no entanto, as esquerdas são atormentadas pela enfermidade que lhes parece crônica: o desentendimento.

O Partido Social-Democrata da Alemanha se dividira em três vertentes: *a)* a *direita* de EDUARD BERNSTEIN (1850-1932) tendia ao revisionismo, afirmando que o ideário marxista deveria ser reescrito e pugnando por uma **reforma** gradual do Estado burguês a partir da superestrutura, mediante a evolução do processo de democratização das instituições e de aperfeiçoamento do capitalismo; *b)* a *esquerda* de ROSA LUXEMBURG (1871-1919) interpretava como traição qualquer acordo com o Poder instituído, entendendo que somente a **revolução** poderia emancipar a classe trabalhadora e estabelecer um regime proletário; *c)* o *centro* de KARL KAUTSKY (1854-1938), na direção do partido, vacilava, cravando um discurso radical, todavia manobrando em favor dos oportunistas.

A reboque do que ocorria naquele estágio de desenvolvimento da Social-Democracia, a “II

Internacional” viu aflorarem, no seu corpo, duas alas bem diferentes, muito embora ambas se dissessem, inclusive em seus desvios, marxistas: *a)* os *reformistas*, advogando uma democracia representativa que garantisse o bem-estar social e assegurasse as liberdades públicas, como, *verbi gratia*, sufrágio universal, soberania sindical, direito de greve, facilitando-se à classe trabalhadora, por meio de partidos de massa, o exercício da pressão e decisão nos governos, bem como a ampliação e sedimentação jurídica das conquistas; *b)* os *revolucionários*, avessos às concessões e seguidores de uma linha de ação voltada à tomada - se necessário, violenta - do Estado, centravam vistas à derrubada imediata da burguesia dirigente e às subseqüentes instauração da ditadura do proletariado e supressão do trabalho assalariado.

O predomínio dos revolucionários durou até a insurreição russa de 1905. O fiasco do movimento serviu de pretexto aos reformistas, que denunciaram a imaturidade da aspiração revolucionária. Suas idéias passam a prevalecer na organização a partir de 1906.

A “II Internacional” se dissipou no mesmo mês em que eclodiu a I Guerra Mundial (agosto de 1914). A entidade não conseguiu definir uma posição única frente ao conflito. Os internacionalistas eram refratários ao recrutamento dos trabalhadores para os exércitos de seus respectivos países, porquanto todos possuíam interesses comuns e maiores, carecendo de sentido o obreiro matasse obreiro; antes disso, o proletariado nacional deveria aproveitar-se do delicado momento para golpear os governos locais, ganhar o poder e estabelecer a paz. Já os chauvinistas aludiam a um social-patriotismo, argumentando em favor do esforço de guerra para a derrota do inimigo externo. Venceu a última corrente; o organismo perdeu seu propósito. Finda a hostilidade, ainda se propugnou, em 1919, pela restauração da “II Internacional”. No encontro em Berna, os comunistas se ausentaram (para eles estava fadado outro futuro...), e os sociais-democratas preponderaram em uníssono. Finalmente, no Congresso de Frankfurt de 1951, ela passa a ser conhecida como “Internacional Socialista”, entidade que, até hoje, desempenha papel fundamental no internacionalismo obreiro,

por arregimentar os mais eminentes partidos sociais-democratas, socialistas e trabalhistas do mundo. Ela rompe com o comunismo totalitário, desapega-se dos métodos violentos e, sem caráter sectário, assume a defesa do povo inteiro.

3.3. A "III Internacional":

Em meio ao grande conflito de 1914-1918, explode a Revolução Bolchevique de 1917. A Rússia sai da guerra e edifica uma concepção de Estado denominada "ditadura do proletariado". Em seu reduto, os revolucionários, sob a liderança de VLADIMIR LENIN (1870-1924), optam pela criação de um organismo apto a combater não só o imperialismo capitalista como a degeneração teórica causada pela "II Internacional", que desertara dos princípios do marxismo e da luta de classes. Então, durante o Congresso realizado em Moscou, é formalmente declarado, em 4/3/1919, o nascimento da "Internacional Comunista" (*Comintern*), isto é, a "III Internacional". Ela formou o primeiro Partido Mundial da Revolução Socialista, diferentemente das organizações anteriores, que não passaram de uma frente de trabalhadores ("I Internacional") ou de um conglomerado de partidos obreiros ("II Internacional"). Era o início de um longo duelo entre comunistas e sociais-democratas.

A "III Internacional" pecou em demasia. Em 1920, editou uma carta de princípios contendo 21 itens representativos do valor hegemônico que os marxistas-leninistas pretendiam exercer sobre os movimentos socialistas no planeta. O autoritarismo foi intensificado com a ascensão de JOSEF STALIN (1879-1953); os expurgos vão minando as forças da instituição e gerando descontentamentos. A entidade prova sua fraqueza por não conduzir os comunistas a uma vitória nas eleições da Alemanha, e, pior do que tudo, por permitir a aventura de ADOLF HITLER (1889-1945). Sem embargo, o dogmatismo vai cedendo campo a uma realidade de mudanças causadas pela II Guerra Mundial, e a organização perde o pretendido monopólio absoluto dos partidos comunistas. É obrigada a se dissolver em 15/5/1943, a pedido - note-se - de WINSTON CHURCHILL (1874-1965).

3.4. A "IV Internacional":

Entre os próprios comunistas havia os que se opunham ao excesso de centralismo ordenado pela *Comintern* e se preocupavam com os rumos desastrosos que a União Soviética ia tomando. Os renegados pelo stalinismo, capitaneados por LEON TROTSKY (1879-1940), resolvem fundar, em Paris, uma associação independente. Ali surge, em 3/9/1938, a "IV Internacional". Propunha-se a resgatar os preceitos do bolchevismo, anular as dotações da casta do Partido Comunista e combater a ociosa burocracia. Exportar a revolução socialista era seu *leitmotiv*. Vaticinava que a II Grande Guerra seria o fator determinante da eliminação do nazismo e do esfacelamento da camarilha do Kremlin. No entanto, sem apoio, não obtém êxito. É minada pela desagregação interior e reprimida em todos os cantos, inclusive por STALIN, que, ao contrário das previsões, saíra fortalecido com o fim dos combates. Sua dispersão sucede em 1953.

Hoje, a "IV Internacional" não é um organismo centralizado, apenas subsistindo em reivindicações esparsas que assumem o trotskismo, máxime diante do malogro do "socialismo real".

4. A COMUNA DE PARIS

4.1. Os antecedentes:

A Comuna de Paris significou a primeira vez na história em que o proletariado tomou nas próprias mãos a máquina estatal, estabelecendo um modelo democrático de governar jamais esquadrihado anteriormente.

Seus antecedentes são sobretudo econômicos. O modo de produção capitalista de fase industrial havia invadido os principais centros do país, principalmente durante o II Império. Êxodo rural e explosão urbana são seus resultados imediatos. O eixo da economia é deslocado para a cidade, onde perfilham as fábricas. Homens, mulheres e crianças, provenientes de todos os rincões, para lá rumavam, na única expectativa de sobrevivência. Os que, com alguma sorte, conseguiam emprego não escapavam da crueldade imposta por uma exaustiva jornada de trabalho, que chegava a 16 horas diárias, tudo derivado da combinação entre a produção em larga escala e a

ânsia de lucros cada vez mais elevados. Rapidamente o operário perceberá a impiedade do modelo liberal-burguês, bem como os efeitos deletérios da mais-valia: os ínfimos salários, por ele recebidos a título de remuneração pela venda de sua força de trabalho, eram insuficientes à manutenção do lar, sendo compelido a atrair para a indústria praticamente toda a família: daí o sórdido registro da atividade laboral de crianças com apenas cinco anos de idade, ou menos ainda. O povo em geral seguia sob condições subumanas: amontoava-se em casebres localizados em vielas insalubres e perigosas; vivia-se em meio à absoluta falta de higiene, às doenças, à mortalidade precoce, à fome, à ignorância e a tantas outras privações. Descontente, o proletariado vai-se organizando à margem do Estado, adquirindo consciência de sua importância, aliando-se em sindicatos e promovendo greves.

Além disso, as políticas escolhidas pelos governantes franceses formaram elementos precipitantes daquela grande conflagração.

Internamente, o *État Gendarme*, abstraindo-se das mazelas sociais, negava-se a enxergá-las ou a intervir com a construção de um plano de seguridade social ou mediante a edição de normas legais de proteção ao trabalhador. Suas ações eram invariável e impetuosamente dirigidas no propósito de fulminar os protestos das camadas mais baixas. Sucediavam-se, no Poder, realistas, republicanos, monarquistas, liberais, bonapartistas, financistas, banqueiros, demagogos, todos com suas vistas voltadas aos interesses da classe dominante, da alta burguesia industrial ou da nobreza ociosa. A cada câmbio administrativo correspondia um morticínio e, em seguida, o fenecimento das esperanças por dias melhores. A insatisfação das pessoas só tendia ao agravamento.

No plano externo, o motim senta raízes na Guerra Franco-Prussiana. Em 19/07/1870, NAPOLEÃO III declarou o estado de beligerância contra a Alemanha sob unificação do 1º Ministro OTTO VON BISMARCK (1815-1898). A campanha foi, aos poucos, minando as energias do II Império francês, terminando por provocar sua ruína. O campo de batalha, contudo, não se estancou com o advento da República. De revés em revés, de retirada em retirada, as hostes francesas

vão-se encolhendo, permitindo que as tropas germânicas cercassem a Capital. O conflito havia posto às abertas a política covarde do governo francês.

Há tempos a classe dirigente desconfiava estar em curso uma revolução operária disposta à tomada violenta do Estado. Várias passagens indicavam a tendência: “Revolução de Julho” (19/07/1830), Insurreições dos Tecedores de Lion (1831 e 1834), “Revolução de Fevereiro” (24/02/1848), “Insurreição dos Operários Parisienses” (23/06/1848), resistências populares em Paris no final de 1851, manifestações contrárias à capitulação em 31/10/1870 e 22/01/1871. As cenas sempre se repetiam: greves, barricadas, enfrentamentos armados, entusiásticas palavras de ordem, repressão, feridos, mortos e detidos, julgamentos sumários, vingança... A França era uma fêmea prenhe de amotinados; Paris, um arriscado barril de pólvora à espera de faísca. A perspectiva, cada vez mais próxima, de que os socialistas estavam prestes à conquista do poder logo se transformou num tenebroso pavor para as cabeças da III República. A época foi de um surrealismo ímpar, porém característico da devassidão: a uma, pois mais do dobro da Assembléia Nacional era composto de monarquistas; a duas, porquanto o governo acabou por se aliar ao inimigo externo. A III República e seu Governo de Defesa Nacional eram ilusões.

Como isso era possível? Havia uma lógica em tantas contradições. Durante as eleições de fevereiro de 1871, os monarquistas, ao contrário dos republicanos, prometeram o final da guerra com a Áustria, captando, assim, a confiança da maioria do eleitorado, que era menos esclarecido e radicado em zonas rurais. Contudo, a população da Capital desejava, com audácia, resistir; qualquer acordo com o invasor, além de representar o primeiro degrau para a restauração da monarquia, seria jogar em vão tantos meses de desafiante provação, de dor inesquecível e de prolongado desabastecimento impostos durante o embargo. A direção governista, premida pela elite aristocrata, mas, acima de tudo, avistando a oportunidade de abortar *per semper* o ideal socialista - já anunciado nas ruas - do estabelecimento de uma “República Proletária”, inclina-se pela traição. À alta burguesia era preferível entregar Paris aos *Junkers* prussianos

a vê-la dominada por um governo operário. O que se segue é um expediente conspiratório. Secretamente, JULES FAVRE (1809-1880), Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, firma, em 28/01/1871, o armistício com BISMARCK, convidando-o a ingressar em Paris e incitando-o a esmagar eventuais focos de resistência, visto que a coluna republicana era impotente para o desarme total. Num arrogante desfile, os militares germânicos adentram na linda cidade em 1º/03/1871; os parisienses, alertados dos reais propósitos genocidas, passivamente rejeitam a provocação, permanecendo escondidos em suas casas. Depois de poucos dias, sem combates, os prussianos se ausentam de Paris.

THIERS, efetivado Chefe do Executivo desde 17/02/1871, expede nota à Guarda Nacional, braço armado da população que heroicamente havia defendido Paris, ordenando-lhe a deposição e entrega das armas. A determinação não foi atendida... O desafio estava lançado; o palco era propício ao choque...

4.2. Os presentes:

Na madrugada de 18/03/1871, testemunhas flagram uma facção do exército republicano francês pilhando, sob a autoridade de MAC MAHON e por instrução do governo, o arsenal que defendera Paris durante meses. Avisados, os comandantes da Guarda Nacional destacam parte de seu contingente de cerca de 300.000 homens, enviando-a ao bairro de Montmartre; evita-se, após breve confronto, a consumação daquela inaudita patifaria. Em poucas horas, toda Paris, inconformada, acende-se; o ódio aos traidores brevemente se transforma no empuxo do levante, que se espalha de quarteirão a outro. O alastramento da agitação bate às portas do Palácio do Governo. Surpresos e indefesos diante da celeridade e das proporções da afluência popular, THIERS e seu séquito de *capitulards* apressadamente abandonam, sob vaia generalizada, a Capital, refugiando-se em Versalhes, para onde transferem a sede administrativa da França.

O Comitê Central da Guarda Nacional assume o Governo Provisório de Paris, proclamando-a Comuna autônoma. O caldo de cultura revolucionária fervido nas últimas décadas foi o elemento espiritual impulsionador do

movimento, ora preocupado em não recair nos erros do passado. Para o desempenho da nova direção política, os *communards* obtiveram inspiração dentro do receituário coletivista que se contrapunha à exploração do trabalho pelo capital. A Comuna fora muito influenciada pela "Internacional", à qual vários revoltosos estavam filiados, e contava com o apoio de inúmeras organizações de trabalhadores do mundo. Era o primeiro Estado proletário da história.

Em poucos dias, profundas reformas de base foram empreendidas no afã de aniquilar as estruturas do velho modelo burguês e sua performance burocrático-militar: separou-se o Estado da Igreja; eliminaram-se o exército regular e a polícia política; aboliu-se a Justiça aristocrata; suprimiu-se a declaração de Estado de Sítio; anistiarão-se os presos de consciência; fixou-se um sistema de responsabilidade administrativa em face dos servidores públicos, anulando-lhes as tradicionais imunidades e sujeitando-os à revogabilidade, a qualquer tempo, de suas investiduras (*recall*); aproximou-se a representação popular à democracia direta preconizada por ROUSSEAU; equiparou-se a remuneração dos mandatários com os soldos dos operários; em 26/03/1871 houve eleições, já sob um procedimento eleitoral mais democratizado, e a extinção do Comitê Central; unificaram-se o Legislativo e o Executivo, no intuito de se centralizar o Poder; transferiram-se empresas fechadas para a titularidade dos trabalhadores vinculados a associações produtivas; expropriaram-se os prédios abandonados pelos fugitivos em favor dos sem-teto; abriram-se as portas dos principais centros culturais de Paris à visitação pública e gratuita; vedaram-se as atividades insalubres e noturnas; regulamentou-se a jornada de trabalho. Mesmo a pequena burguesia urbana foi beneficiada com algumas medidas necessárias: anularam-se as dívidas por inadimplência de aluguéis; postergou-se o vencimento de títulos de crédito; inibiu-se a cobrança de juros incidentes sobre os débitos.

Homens do povo agora podiam participar ativamente das decisões de governo: o encadernador VARLIN figurará como uma das personagens mais notáveis da Administração comunal; o jovem operário AMOUROUX será enviado a Lion e Marselha como porta-voz da revolução; os

Ministérios do Interior, da Fazenda e da Educação serão respectivamente assumidos pelo lavanderista GRENIER, pelo internacionalista JOURDE e pelo sapateiro ROULIER. No seio do governo insurreto conviviam diversas correntes do pensamento socialista: blanquistas, proudhonistas, neojacobinos e, em menor escala, marxistas.

Entretanto, apesar das mudanças que patrocinou, a Comuna estava longe da perfeição. Os desacertos cometidos foram-lhe fatais. Sequer escaparam da crítica de MARX (v. *A Guerra Civil em França*), que, no exílio em Londres, já denunciava a evidência dos equívocos, a despeito de nutrir confessada simpatia perante o motim. MARX a entendia prematura, profetizando que daria azo a um ajuste entre os integracionistas versalheses e os intervencionistas prussianos, porquanto ambos os setores estavam predispostos a ilhá-la.

Brotada da espontaneidade da multidão, a conjura carecia de um preparo teórico. Sob o imprudente entusiasmo inicial, os sublevados fabulavam que o movimento era uma via hábil a combater em dois *fronts*, derrotando, ao mesmo tempo, o agressor prussiano e a tirania republicana francesa. Não se usou de boa estratégia de guerra: os *communards* ingenuamente deixaram de prender a cúpula governista logo no primeiro dia. Subestimaram a capacidade de refazimento das forças contra-revolucionárias, e, com as fronteiras da cidade escancaradas, consentiram que a caterva de janotas se homiziasse na província vizinha. Optando por um esquema tímido e meramente defensivo, não se ocuparam de estender a rebelião até Versalhes. Justamente desta localidade partiriam as tropas para o cruento revide. Com Paris circunscrita a um território sitiado pelo poderio adversário, a Comuna isolou-se.

Com uma ótica estreita da situação, os parisienses não se aperceberam da sua magnitude; não descobriram que seus ideais eram idênticos aos de outras regiões e que poderiam facilmente contaminar o resto do país. Não se zelou por um pacto - certamente indispensável - com os camponeses. Não se buscou e não se deu apoio eficiente às demais manifestações do gênero contemporaneamente ocorridas em Lion, Marselha, Saint-Etienne, Tolosa, Perpiñan e Creusot. Logo que derrotaram, uma a uma, essas comunas, os

versalheses, recuperados, agora estavam aparelhados e livres para o adensamento de esforços contra Paris. Difuso em sua constituição, o comunismo não produziu uma liderança mais contundente. Questões de somenos importância e disputas pessoais estorvavam as decisões coletivas. Ações políticas eram prejudicadas por causa das graves confusões reinantes no corpo deliberativo. O exemplo mais patente desta divisão interna entre os comuneiros se deu em relação ao financiamento da campanha: embora se pretendesse um Estado trabalhista, a Comuna, não absorvendo inteiramente a proposta marxista, então minoritária, negligenciou a exigência de alargamento do plano expropriatório; ao invés de confiscar todo o ouro que abarrotava os cofres do Banco da França em Paris, decidiu pela pura tomada de empréstimos, endividando-se.

Sem maturidade e sintonia, a tentativa insurrecional estava fadada ao fracasso. E pior: a uma tragédia.

A partir da segunda quinzena de abril, já se reparava naquele jogo de braços o desequilíbrio em prol dos conservadores. Em 10/05/1871, França e Prússia assinaram o "Tratado de Paz de Frankfurt", que, embora formalmente pusesse termo à guerra, representava, para a primeira, uma rendição humilhante, e, para a História, uma pérfida conspiração. Dele os republicanos souberam extrair uma vantagem: eliminara-se mais um desconforto à satisfação das pretensões burguesas. Restava, apenas, tomar a Comuna. Em 22/05/1871, auxiliado - note-se - pelas tropas alemãs de BISMARCK, o exército de THIERS entra em Paris e, de batalha em batalha, ultrapassa as barricadas opostas pelos ardorosos comunistas.

Os combates prosseguiram até 27/05/1871. À mingua, a Comuna é fragorosamente vencida. O período de invasão ficou conhecido como *semaine sanglante*, dada a selvageria a que se assistiu. Mesmo os dirigentes da Comuna desceram a atrocidades: desesperados, tomaram burgueses e clérigos como reféns; não atendidos, fuzilaram mais de setenta seres indefesos. Do outro lado, os regimentos versalheses desconsideraram a sensível inferioridade do adversário, praticamente assassinando mais de 30.000 indivíduos. Ao término do massacre, a beleza de Paris havia cedido

lugar a um cenário macabro: a cidade se transformara num vasto morgue sobre o qual se empilhavam, aos fétidos montes, cadáveres servindo ao repasto de cães e abutres. A carnificina não pararia aí. Foram aprisionados cerca de 60.000 habitantes, a maioria dos quais foi executada; os demais conheceram a aflição do degredo nas colônias francesas.

4.3. Os conseqüentes:

Em seus 72 dias de existência, a Comuna de Paris legou à humanidade exemplos e experiências jamais hauridos. Foi um dos instantes mais comoventes da História. Excitou uma consciência de classe em relação à massa trabalhadora. Revelou a fenda interposta entre as camadas sócio-econômicas, bem como a inconciliabilidade, naquele momento, entre interesses tão antinômicos. Trouxe às mostras o método pelo qual se costumam desenvolver as políticas corruptas de grupos dirigentes alojados no Estado burguês-liberal. Demonstrou que o livramento do proletariado deve necessariamente passar por um processo de compreensão internacional e de alianças cada vez mais amplas. Estimulou o nascimento, em cada país, de um partido de esquerda com o designio de aglutinar os princípios teóricos, modelos aplicativos e preparos organizacionais do movimento proletário internacional. Provou que o operariado, desde que alicerçado numa teoria válida e consistente, é capaz de uma *praxis* suficiente a expungir as diferenças entre os homens e, ainda, granjear o Poder e alterar seus substratos, no escopo de conferir a todos o exercício da plena cidadania. Evidenciou que a peleja contra os mais abastados nunca é ingloria, jamais insana. Vaticinou que o autêntico progresso do humano só poderá se efetivar no preenchimento da utopia que conclama a uma sociedade mais justa, fundada nos princípios da solidariedade e da ausência de exploração.

Seus reflexos foram imediatos na época. A Comuna de Paris propagou suas noções para as demais cidades industrializadas da França, que também içaram baionetas e pronunciaram o autogoverno (19 a 27/03/1871). Além disso, na conferência de 17/09/1871, a "I Internacional" decide abordar a relação direta entre trabalhador e Estado, dando particular ênfase às atividades

políticas das massas. Espantadas, as lideranças governistas em todo o mundo civilizado foram constrangidas à elaboração de regras jurídicas de proteção social e de reconhecimento e regulamentação de direitos trabalhistas.

Finalmente, os principais movimentos sociais do século XX - inclusive os que se levantaram contra o terror dos regimes stalinistas - beberam de sua água: os *Sovietes*, na Rússia de 1917; os *colectivos*, na Espanha de 1937; o *Conselho de Trabalhadores*, na Hungria de 1956; os *cordones*, no Chile de 1973; o *Solidariedade*, na Polônia de 1980. Não se deve olvidar que o espírito da Comuna de Paris foi o que infundiu a *Intentona Comunista* de 1935 no Brasil, quando Natal se sublevou.

5. UM POEMA MELODIADO

5.1. O Poema:

O poema *L'Internationale* proveio das mãos de EUGENE POTTIER (1816-1887). Ele nasceu em Paris, mas exerceu seu ofício de carpinteiro na cidade de Lille. Vivendo no ambiente de desonrosa pobreza que envolvia os trabalhadores, sua mente foi acordada para as questões sociais, dirigindo-se para uma psicologia revolucionária. De volta à terra natal, deparou-se com a "Insurreição dos Operários Parisienses".

A população rebelada havia destronado o rei LUÍS FILIPE em fevereiro de 1848. Tudo indicava que o governo provisório, que o substituíra, restauraria os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade de 1789, dando continuação ao projeto de uma República democrática e social. Logo se anteviu, porém, que os sucessores do Poder agiam em favor da classe proprietária francesa. Pesados impostos novamente recaíram sobre os ombros dos produtores, aliviando-se à burguesia toda carga tributária. Em junho de 1848, POTTIER mistura-se ao povo que retorna às ruas. Novas lutas, novas detenções, novas retaliações. Felizmente, POTTIER não está entre os 500 mortos em combate, nem entre os 11.000 executados.

Sua vocação guerreira não havia cessado. Com a erupção da Comuna em março de 1871, enfileirou ao lado dos inconfidentes. Durante o curto mando proletário, foi eleito representante popular junto ao alto Conselho. Combateu

bravamente durante a “Semana de Maio”. Julgado à revelia pelo famigerado Tribunal de Guerra, foi condenado à pena capital em maio de 1873; todavia, a sentença não foi cumprida graças à sua astúcia em escapar para a Inglaterra e, em seguida, refugiar-se nos Estados Unidos.

Em junho de 1871, EUGÈNE POTTIER escreveu, em seu idioma, um lindo poema, como forma de celebrar o valor extraordinário da Comuna de Paris. Dedicou-o a GUSTAVE LE FRANÇAIS, seu colega no Comitê Central da Guarda Nacional, e denominou-o *L'Internationale*, em homenagem à “Associação Internacional dos Trabalhadores”, de que era membro atuante. Dotado de vivaz consciência de classe, ele ingressara na “I Internacional”, a quem devotara amor e lealdade; em troca, o organismo expandira-lhe os horizontes.

Seguem os escritos originais da obra-prima, pela primeira vez publicados em 1887, na coletânea intitulada *Chants Révolutionnaires*:

Chorus:

C'est la lutte finale:
Groupons-nous, et demain,
L'Internationale
Sera le genre humain.
C'est la lutte finale:
Groupons-nous, et demain,
L'Internationale
Sera le genre humain.

1. Debout! les damnés de la terre!
Debout! les forçats de la faim!
La raison tonne en son cratère,
C'est l'éruption de la fin.
Du passé faisons table rase,
Foule esclave, debout! debout!
Le monde va changer de base:
Nous ne sommes rien, soyons tout!

Chorus:

2. Il n'est pas de sauveurs suprêmes:
Ni Dieu, ni César, ni tribun,
Producteurs, sauvons-nous nous-mêmes!
Décrétons le salut commun!
Pour que le voleur rende gorge,
Pour tirer l'esprit du cachot,
Soufflons nous-mêmes notre forge,
Battons le fer quand il est chaud!

Chorus:

3. L'État comprime et la loi triche;
L'Impôt saigne le malheureux;
Nul devoir ne s'impose au riche;
Le droit du pauvre est un mot creux.
C'est assez languir en tutelle,
L'Égalité veut d'autres lois;
“Pas de droits sans devoirs,” dit-elle,
“Égaux, pas de devoirs sans droits!”

Chorus:

4. Hideux dans leur apothéose,
Les rois de la mine et du rail
Ont-ils jamais fait autre chose
Que dévaliser le travail:
Dans les coffres-forts de la bande
Ce qu'il a créé s'est fondu.
En décrétant qu'on le lui rende
Le peuple ne veut que son dû.

Chorus:

5. Les rois nous soulaient de fumées,
Paix entre nous, guerre aux tyrans!
Appliquons la grève aux armées,
Crosse en l'air et rompons les rangs!
S'ils s'obstinent, ces cannibales,
A faire de nous des héros,
Ils sauront bientôt que nos balles
Sont pour nos propres généraux.

Chorus:

6. Ouvriers, paysans, nous sommes
Le grand parti des travailleurs;
La terre n'appartient qu'aux hommes,
L'oisif ira loger ailleurs.
Combien de nos chairs se repaissent!
Mais, si les corbeaux, les vautours,
Un de ces matins, disparaissent,
Le soleil brillera toujours!

Chorus:

POTTIER só pôde regressar à França em 1887, ano em que lá suspirou por derradeiro. Morreu na mesma situação que o acompanhara toda a vida: deitado em extrema pobreza. Porém, o destino ainda lhe reservava uma última truculência: o cortejo fúnebre foi rispidamente atacado por policiais, que pretendiam arrancar a bandeira vermelha empunhada pelos que, consternados, escoltavam sua urna.

5.2. A Melodia:

PIERRE DEGEYTER (1848-1932) - forma nominal afrancesada de PIERRE CHRETIEN DE GEYTER - nasceu na Bélgica, mas, logo na primeira infância, migrou para o país vizinho. Desempregado e, assim, expulso das regiões flamengas, seu pai se transfere para Lille, próspera zona industrial do norte da França. Lá, instalou-se no bairro de Saint Sauver, notabilizado por VICTOR HUGO (1802-1885), que, numa ardente acusação, denunciaria sua ignominiosa paupérie.

Aos sete anos de idade, PIERRE DEGEYTER já trabalhava numa tecelagem de algodão, a fim de ajudar no sustento dos dez membros de sua família. À semelhança de tantos outros, não pôde receber uma educação formal, pelo que só se alfabetizou em virtude de uma hercúlea dedicação individual. Desde a adolescência, pulsava-lhe o pendor para a música. Conseguiu, às duras penas, ingressar num conservatório, onde aprendeu os fundamentos daquele difícil engenho. Seu aperfeiçoamento artístico foi interrompido pelo conflito contra a Prússia. Convocado, integrou-se ao exército francês.

A experiência militar, não obstante seu conjunto de vicissitudes, fez-lhe desabrochar um *insight*: em contato com os soldados, convenceu-se de que o *status* de indigência absoluta não lhe era ocasional ou particular, mas disseminado em toda a sociedade, de maneira objetiva e estrutural. A miséria não era própria de pessoas, apenas; antes disso, ela tangia, *in totum* e independente de subjetividades, camadas sociais inferiores, a cujos membros tão-somente faltava uma compreensão de classe. Munido do propósito das reformas, PIERRE DEGEYTER adentra na vida política e sindical. Torna-se co-fundador do Partido Operário Francês e ingressa no Sindicato de Carpinteiros.

Apesar de desempregado, retorna aos estudos musicais, tomando intimidade com diversos instrumentos e começando a compor, com maestria, melodias temáticas a serem interpretadas nas associações de trabalhadores. Em 1888, encarrega-se de construir uma canção em homenagem ao Sindicato dos Jornaleiros de Lille. Para tanto, consulta a recém-divulgada coleção *Chants Révolutionnaires*, dele seleciona o poema

L'Internationale, de EUGÈNE POTTIER, e resolve musicá-lo. Com talento incomum, PIERRE DEGEYTER cria as notas e põe sob pauta os lindos versos, permitindo fossem cantados. Em 23/07/1888, numa apoteótica exibição do coral "La Lyre des Travailleurs", pertencente ao Partido Trabalhista Francês e de que o próprio DEGEYTER era um dos dirigentes, a composição é pela primeira vez executada em público, na cidade de Lille.

A 1ª edição da obra, providenciada pela própria "La Lyre des Travailleurs" e constituída de 6.000 cópias, continha a seguinte apresentação: "Letra de E. POTTIER; Música de DEGEYTER". Temendo represália de seu patrão e não querendo arriscar o emprego, que duramente havia amanhado, PIERRE DEGEYTER ali evitou a menção expressa de seu prenome ou mesmo a simples indicação da inicial. Mal sabia ele dos dissabores que a omissão lhe reservaria...

A 2ª edição foi assinalada por séria polêmica, cujas origens remontam à negociação dos direitos autorais sobre a letra do poema. A viúva de POTTIER havia-os vendido em favor do compositor G. B. CLEMENT; este último, por seu turno, repassou-os para GUSTAVE DELORY, que ajudara a fundar a "La Lyre des Travailleurs" e, na carreira política, elegera-se Prefeito de Lille e membro do Parlamento francês. Ansiando também se apropriar, agora indevidamente, dos direitos sobre a música, DELORY armou uma trama em conjunto com ADOLPHE DEGEYTER, irmão de PIERRE: valendo-se da ausência momentânea do verdadeiro autor da melodia, obteve, de início, uma declaração escrita de ADOLPHE, em que este falsamente afirmava ter sido o pautador - situação que se mostrava ao menos verossímil, porquanto não se declinara seu nome completo - e haver transferido tais vantagens ao Partido Socialista. Por isso é que a segunda divulgação, financiada por DELORY, estampava o nome de ADOLPHE DEGEYTER como sendo o autor da música, o que garantiria todos os dividendos, meio a meio, ao fraudador e ao partido francês.

Ao se inteirar do ocorrido, PIERRE acionou a Justiça, em 1904, reclamando para si os direitos sobre a música; a querela se estendeu até 1914, decretando-se-lhe a sucumbência, apesar dos esforços no sentido de demonstrar a inaptidão de seu irmão para a confecção da melodia. Todavia,

ADOLPHE, arrependido, enviou a PIERRE uma carta datada de 27/4/1915, em que confessava a inverdade de seu depoimento inicial; e, munido desta prova nova, PIERRE pleiteou, com sucesso, uma revisão judicial de seu caso, para, só então, sagrar-se vencedor final, em 1922. Definitivamente, PIERRE DEGEYTER era reconhecido como o compositor da música; o registro formal do direito autoral em seu nome viria em 1926.

O importante é advertir que a controvérsia não se resumira a um assunto meramente familiar nem a uma mesquinha disputa de conteúdo econômico. Interesses maiores faziam o pano de fundo. O que nela se projetou foi a própria fragmentação doutrinária do marxismo. PIERRE e ADOLPHE eram filiados ao Partido Socialista da França, porém com colorações opostas: o primeiro, revolucionário; o segundo, reformista. Isso explica muita coisa: como os socialistas estavam, desde 1906, no volante do internacionalismo trabalhista e dos grupos nacionais que o compunham, era-lhes conveniente a atribuição das honrarias ao confrade ADOLPHE, negando-as ao comunista PIERRE.

Assim, quando a canção se torna, no Congresso de Copenhagen de 1910, o hino oficial da “II Internacional”, era esperado fosse ADOLPHE DEGEYTER arrolado como autor da melodia, na proporção em que encarnava a maioria oportunista no Partido Socialista Francês, que sempre teimou nesta tecla. Só em 1920 é que o Partido Socialista ingressa na “III Internacional” e se transforma no Partido Comunista Francês. É a partir daí que PIERRE DEGEYTER vê soltas as mãos. Vai à Rússia diversas vezes: em 1922, tem o privilégio de dirigir a orquestra que orgulhosamente tocou sua música perante o IV Congresso da “Internacional Comunista”; na condição de delegado francês, participou, em 1927, do VI Congresso da *Comintern*; e, em 1928, lá foi honrado com uma justa homenagem alavancada pelo governo soviético.

O féretro de PIERRE DEGEYTER foi acompanhado por cerca de 50.000 pessoas formando uma excepcional plêiade de amigos e simpatizantes que vieram manifestar seu adeus ao incansável revolucionário.

5.3. A Versão:

O poema musicado *L'Internationale* tem sua própria saga. O ritmo da cantiga e o apelo da escrita, providos de um deslumbramento sem par, com rapidez contagiaram os protagonistas de fatos fabulosos materializados em instantes de extrema perturbação social, remanescendo impressos no íntimo dos marchadores e sendo legados de geração a outra. Do perfil poético da letra emanam o libelo contra as iniquidades, a significação da mudança, a flâmula da dignidade, o símbolo da libertação, o exemplo da bravura, a imagem da firmeza, a representação da ousadia. O lirismo soa bálsamo dos deuses que derrama sobre os mortais um excitante eflúvio, uma vibração incontrolável que os embala à frente, que os propende à jornada, que os guia das trevas à luz, arrancando-lhes um sentimento de sacralidade acerca da evitação da indiferença e do embaraço. A composição tem algo de mítico, algo que inexplicavelmente emociona os ouvintes, transitando-lhes a dimensão da fantasia, algo que magicamente lhes penetra e encanta a alma, que invade as profundezas da irracionalidade, convidando-a à conscientização recorrente. Um arquétipo da humanidade, um totem da política, um paradigma da irresignabilidade, uma remissão à mente clara e desperta...

“A Internacional” assumiu uma trajetória quase legendária: em 1896, durante a realização de um Congresso do Partido Socialista em Lille, foi solenemente entoada pelos trabalhadores, que desta forma conseguiram abafar os entreveros - que se anunciavam sérios - entre os membros franceses e os delegados alemães presentes; em 1910, o Congresso de Copenhagen a oficializa como o hino da “II Internacional”; em 1918, é com louvor eleita hino estatal da União Soviética, posição que manteve até 1943; em 1936, é efusivamente cantada ao longo das admiráveis avenidas de Madrid pelos recrutas da Brigada Internacional, no intuito de se exaltar a população a abraçar a causa da República e a repelir o avanço franquista; em 1989, foi dramática e repetidamente invocada pelos estudantes concentrados na Praça da Paz Celestial em Pequim, inclusive quando as forças da repressão lançaram suas balas assassinas (“curiosamente”, a imprensa ocidental nada comentou a tal respeito...).

Esta poesia lírica é o referencial dos socialistas - marxistas ou não - e de todos os que se ergueram a um grau superior de conscientização, almejando, com intransigência, a justiça social e o usufruto comum dos bens e valores produzidos pela sociedade.

Em associação à linha tortuosa dos eventos e diante das cisões que se observaram no movimento trabalhista universal, a letra da música foi experimentando adaptações. Contudo, goza da prerrogativa de haver sido convertida para praticamente todos os idiomas. Há até uma transposição para o dialeto zulu... O hino também foi trasladado para a língua portuguesa ... mas em Portugal.

Não havendo notícia de uma versão brasileira, atrevi-me à seguinte grafia:

Título (tradução): "*A INTERNACIONAL*"

Letra (1871): *EUGÈNE POTTIER*

Música (1888): *PIERRE DEGEYTER*

Versão (brasileira): *CARLOS HENRIQUE MACIEL*

I

Avante, bravos companheiros!
Em pé, heróica legião!
Marchem, escravos justiceiros!
É o fim da opressão.

É chegado o tempo da vitória
Assim se rompem os grilhões
É nosso o vento da história
Nenhum tirano, nem patrões.

Chorus (bis):

Venha, então, explorado!
Para a luta final...
Quem está ao seu lado
É a Internacional.

II

Homens do campo, operários
A terra toda ao produtor
Formando, em canto, proletários
Um povo livre e redentor.

Fomos já famintos na miséria
A dor do sangue a rolar...
Emblemas tintos de uma era
Que o nosso pano hão de forrar.

Chorus (bis):

III

Impõem a falsa liberdade
Burgueses fazem suas leis
No Estado falta igualdade
Trabalhador, é a sua vez.

Acordem, seres, de seus leitos!
Há um mundo pronto a render
Não mais deveres sem direitos
Nenhum direito sem dever.

Chorus:

IV

Com coragem, massa servil!
Na mão, brandindo uma flor
Na outra, faça um fuzil
Armado, se preciso for.

Chorus (bis):

Venha, então, explorado!
Para a luta final...
Quem está ao seu lado
É a Internacional.